

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



REITORIA

Terezinha Domiciano Dantas Martins –
Reitora
Mônica Nóbrega – Vice-reitora

DIREÇÃO DO CENTRO

Anne Augusta Alencar Leite – Diretora
Duina Mota de Figueiredo Porto – Vice-
diretora

ASSESSORIAS

ASSESSORIA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Jefferson Ribeiro Pereira

ASSESSORIA DE GRADUAÇÃO

Alessandra Macedo Asfora

ASSESSORIA DE EXTENSÃO

Ludmila Cerqueira Correia

ASSESSORIA DE PESQUISA

Roberta Candeia Gonçalves

ASSESSORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Jailton Macena

ASSESSORIA DE CONVÊNIOS

Clóvis Marinho de Barros Falcão

ASSESSORIA DE MONITORIA

Fernando Joaquim Ferreira Maia

ASSESSORIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Maria Creusa de Araújo Borges

ASSESSORIAS

ASSESSORIA DE ESTÁGIO

Fernanda Holanda de Vasconcelos Brandão

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E REDES

Raimundo Gadelha Fontes Filho - Titular
Josinécia de Cássia Oliveira da Silva -
Suplente

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Fernanda Holanda de Vasconcelos Brandão

ADMINISTRATIVO

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Regina Célia da Silva Lira
Luísa de Araújo Pereira Gadelha
Jefferson Ribeiro Pereira
Allana Dilene de Araújo de Miranda

GESTÃO ARQUIVÍSTICA

Pedro Felipy Cunha da Silva

AGENTES DE GESTÃO DE PESSOAS

Luísa de Araújo Pereira Gadelha
Allana Dilene de Araújo de Miranda

GESTÃO ADMINISTRATIVA - JOÃO PESSOA

Jane Eyre Santos Oliveira
Felipe Augusto Gomes Paiva
Anderson Lino Braz de Macedo
Rivaldo Virgínio Cabral Júnior

GESTÃO ADMINISTRATIVA SANTA RITA

Caio Rodrigo de Castro Ferreira
Delosmar Constantino de Franca Oliveira
Carlos Daniel dos Santos

ADMINISTRATIVO

GESTÃO ADMINISTRATIVA FACULDADE

Alisson Gomes da Silva

SETORES ACADÊMICOS

COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIAS

Márcia Glebyane Maciel Quirino

Giscard Farias Agra

BIBLIOTECA SETORIAL JOÃO PESSOA

Lucimário Dias dos Santos

Gracineide Santos da Silva

Alecsandra Coutinho Machado Mendes

Diego Ferreira de Araújo

Janduí Benício de Sá

Ednalisson Nogueira de Aquino

BIBLIOTECA SETORIAL SANTA RITA

Amanda Souza Xavier de Luna

Ana Beatriz de Oliveira Abrantes Silva

Ana Karla Oliveira da Silva

Gutemberg Monteiro da Silva

Thiago de Melo de Sá Marquim

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA JURÍDICA

Raimundo Gadelha Fontes Filho

Josinécia de Cássia Oliveira da Silva

Amarando Francisco Dantas Júnior

Jailson Freire Marinho

Luciano Martins da Silva Oliveira

Adailton da Fonseca Cassiano

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO

Adriana de Abreu Mascarenhas – Chefe

Maria Goretti Dal Bosco – Vice-Chefe

Lara Imperiano Nóbrega

Rafael Barbosa Castor

Fernando Aquino Melo

Joelma Araújo de Medeiros

DEPARTAMENTO DE DIREITO PROCESSUAL E PRÁTICA JURÍDICA

Marcos Augusto Lyra Ferreira Caju – Chefe

Fábio Bezerra dos Santos – Vice-Chefe

Fabiana Simões meda Guedes

Anne Emanuelle Pereira Serra

Heloísa Helena Bezerra Marques

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

Melissa Gusmão Ramos – Chefe

José Baptista de Melo Neto – Vice-Chefe

Emanuela Freire da Silva

Hérica Gouveia de Souza Fernandes

Paulo César Marins Nunes

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Ronaldo Alencar dos Santos – Chefe

Herry Charriery da Costa Santos – Vice-Chefe

Klebson Melquíades Barros e Silva

Bruno Pereira Costa

GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM DIREITO DE JOÃO PESSOA

Giorggia Petruce Lacerda e Silva Abrantes

– Coordenadora

Luis Carlos dos Santos Lima Sobrinho –

Vice-Coordenador

Caroline Pereira Antonio Anschau

Kelma Rita Eloi Ramalho

José Carlos de Brito

Thiago Fernandes Lúcio

GRADUAÇÃO EM DIREITO DE SANTA RITA

Werna Karenina Marques de Souza –

Coordenadora

Clovis Marinho de Barros Falcão – Vice-

Coordenador

Mychelle Kalyne Guedes de Souza

Cristiane Duarte Cardoso

PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PPGCJ

Pablo George Cícero Fraga Leurquin –

Coordenador

Bruna Stefanni Soares de Araújo – Vice-

Coordenadora

Magda Valéria Gomes da Silva

Talita de Castro Santos

Wlly Anne Feitosa Barbosa

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIREÇÃO	06
1. VISÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.....	09
1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	11
2. CCJ EM NÚMEROS.....	12
2.1 ENSINO.....	14
2.2 PESQUISA.....	19
2.3 EXTENSÃO.....	24
3. A GESTÃO DO CCJ EM 2025.....	31
3.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	32
3.2 GESTÃO DE PESSOAS.....	36
3.3 INFORMÁTICA E COMUNICAÇÕES.....	37
3.4 GESTÃO ACADÊMICA DA GRADUAÇÃO.....	39
3.5 GESTÃO ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	40
4. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA O CCJ.....	45

MENSAGEM DA DIREÇÃO

O Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) comporta dois cursos de Direito e uma pós-graduação em Ciências Jurídicas comprometidos com a educação pública de qualidade, pautada pelos valores assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil e pelo aperfeiçoamento constante da formação de pessoas que terão aptidão para exercer a profissão e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, livre, justa e solidária.

Em termos administrativos, importa destacar que a Direção do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) atua como gestão setorial da UFPB e possui sob sua responsabilidade três edificações que precisam ser mantidas com recursos orçamentários cada vez mais insuficientes para o atendimento adequado das demandas necessárias: (i) o prédio do curso de Direito de João Pessoa, localizado no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); (ii) o prédio do curso de Direito de Santa Rita, localizado às margens da BR 230; (iii) e o prédio tombado da antiga Faculdade de Direito, situado no centro da cidade de João Pessoa.

No âmbito dessa estruturação, funcionam quatro departamentos, duas bibliotecas setoriais, um programa de pós-graduação, dois núcleos de prática jurídica; duas coordenações de curso; duas coordenações de monografia; uma secretaria geral; dois setores de gestão administrativa; dois almoxarifados; uma assessoria de tecnologia da informação; oito assessorias (convênios, estágio, extensão universitária, graduação, pós-graduação, pesquisa, acadêmico-administrativa e suporte-informática); comissões institucionais, a exemplo das Comissões do Núcleo Docente Estruturante, e comissões variadas, criadas para suprir as demandas que surgem no cotidiano da gestão administrativa, como as disciplinares, de saúde e bem-estar dos servidores/da comunidade universitária e de bem-estar animal, entre outras.

Nessa configuração, e levando em conta que, dentre os centros de ensino da UFPB, o CCJ é o único que possui um prédio tombado pelo IPHAN e pelo IPHAEP – e que, portanto, exige valores elevados para sua manutenção –, as problemáticas relacionadas à infraestrutura permaneceram como um dos mais complexos desafios enfrentados pela Direção, sem excluir, naturalmente, as demandas ordinárias e extraordinárias dos outros dois prédios onde efetivamente estão alocadas as turmas de graduação, de pós-graduação e toda a estrutura administrativa.

Para além da questão orçamentária, cumpre registrar que muitas dificuldades administrativas e acadêmicas observadas no ano de 2025 ocorreram como consequências ainda do planejamento oriundo da gestão reitoral anterior, que, entre os anos de 2021/2024, não gerenciou nem executou várias demandas do CCJ - mesmo diante das inúmeras demandas por parte da direção do CCJ à gestão superior da época - de forma eficiente e em consonância com o interesse público. Essa inadequada condução de responsabilidades, atribuições e competências no referido quadriênio permaneceu repercutindo, conseqüentemente, na gestão cotidiana de competências e atribuições do CCJ.

Nesse sentido, boa parte dos resultados buscados até o ano de 2025, através das ações relacionadas aos objetivos estratégicos do PDI, restou prejudicada ou ficou aquém das expectativas porque dependia, naturalmente, de pautas, autorizações, trâmites e ações de setores específicos da instituição ligados à gestão central do reitorado anterior, que foi responsável, inclusive, pela execução do planejamento orçamentário do ano de 2025.

Por outro lado, importa o registro factual do significativo avanço no ano de 2025 da consolidação do redimensionamento do quadro docente do Departamento de Ciências Jurídicas, que integra o Curso de Direito de Santa Rita e que, há anos, vinha defasado. Esse redimensionamento foi cumprido nos termos da Recomendação do Ministério Público Federal e através de rodadas de diálogos entre setores do CCJ e da gestão central da UFPB. As devidas providências, iniciadas em 2023 e finalizadas em 2025, incluíram a cooperação entre os departamentos do CCJ, permitindo uma maior equalização da distribuição do quantitativo de professores através das demandas cruzadas e de códigos de vagas, por exemplo, bem como a realização de concurso público que possibilitou a contratação de novos professores efetivos. Assim, 13 novos docentes foram efetivados no Curso de Direito de Santa Rita, sendo o pleito junto ao MPF/PB arquivado.

É preciso destacar o capital papel da transparência das ações da gestão do CCJ: a condução dos trâmites administrativo-processuais para o gerenciamento e a resolução das demandas que chegam à Direção de Centro está à disposição da comunidade acadêmica através de canais de comunicação diversificados, como as páginas oficiais do setor na internet (<https://www.ccj.ufpb.br/>) e no Instagram (@ccjufpb). A divulgação das ações, projetos, atividades e processos também ocorre através de emails institucionais. Ademais, semestralmente a Direção do CCJ

promove reuniões de boas-vindas com os discentes, docentes e servidores, para expor, esclarecer e dialogar sobre a situação geral do CCJ, além, também, de Conselhos de Centro e reuniões específicas com a participação da comunidade do CCJ.

A viabilização da gestão do Centro de Ciências Jurídicas no ano de 2025 dependeu especialmente do engajamento de toda a equipe de competentes servidores que atuam em prol da instituição, buscando superar os obstáculos através da propositura de soluções possíveis e norteadas pelo interesse público. A mudança do Reitorado, em fins de 2024, com assunção da Reitora e da Vice-Reitora escolhidas pela comunidade da UFPB, vem impactando positivamente na condução administrativa das demandas e na concretização de melhorias para uma gestão mais democrática, dialogada e de qualidade.

Nesse norte, várias ações foram realizadas em parceria entre o CCJ e a Reitoria no ano de 2025, como diálogos, reuniões e encaminhamentos relacionados a temáticas genéricas da UFPB, a exemplo das necessidades do aumento orçamentário das finanças dos centros de ensino da instituição, da melhoria na segurança da comunidade, do combate à violência de gênero e do abandono dos animais. Quanto aos temas que afetam de maneira mais específica o CCJ, destacaram-se nas discussões e encaminhamentos a elaboração do novo PPC dos cursos de Direito e sua melhor adequação às normativas e exigências do MEC, bem como as necessárias execuções de infraestruturas de serviços nos prédios do CCJ, especialmente no prédio da faculdade histórica e no prédio do CCJ em Santa Rita.

Importante destacar que a retomada da elaboração da Estatuinte no ano de 2025 pelo Consuni, com a participação ativa da Direção e da comunidade do CCJ, também opera em níveis e áreas que reverberam, diretamente, na melhoria de condições acadêmicas, administrativas e de pessoal do CCJ, sendo uma importante ação desenvolvida ao longo desse ano de gestão e que permanece sendo acompanhada de maneira atenta pela Direção.

As informações e dados apresentados ao longo do presente relatório foram elaborados pelos setores que integram o Centro de Ciências Jurídicas, refletindo, assim, as respectivas necessidades e expectativas das pessoas que fazem o dia-a-dia da nossa comunidade acadêmico-administrativa.

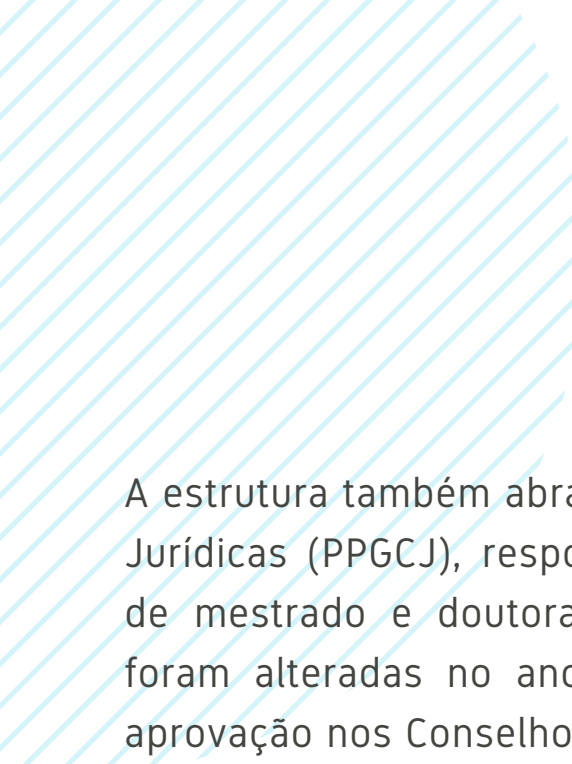
1. VISÃO DO CCJ

O Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi instituído em 11 de agosto de 1949, originado da então Faculdade de Direito, e integra atualmente a estrutura acadêmica do Campus I, na cidade de João Pessoa, com a Unidade Avançada de Santa Rita. O Centro conta com dois Cursos de Graduação, um Programa de Pós-Graduação, quatro Departamentos de Ensino, duas Bibliotecas Setoriais e o Núcleo de Prática Jurídica.

Os departamentos que compõem o CCJ são:

- Departamento de Direito Público (João Pessoa);
- Departamento de Direito Privado (João Pessoa);
- Departamento de Direito Processual e Prática Jurídica (João Pessoa);
- Departamento de Ciências Jurídicas (Santa Rita).

No âmbito da graduação, o CCJ possui duas coordenações de graduação, sendo uma para cada unidade, bem como funções dedicadas ao assessoramento de TCCs (Trabalho de Conclusão de Curso), garantindo o acompanhamento pedagógico e administrativo dos cursos.

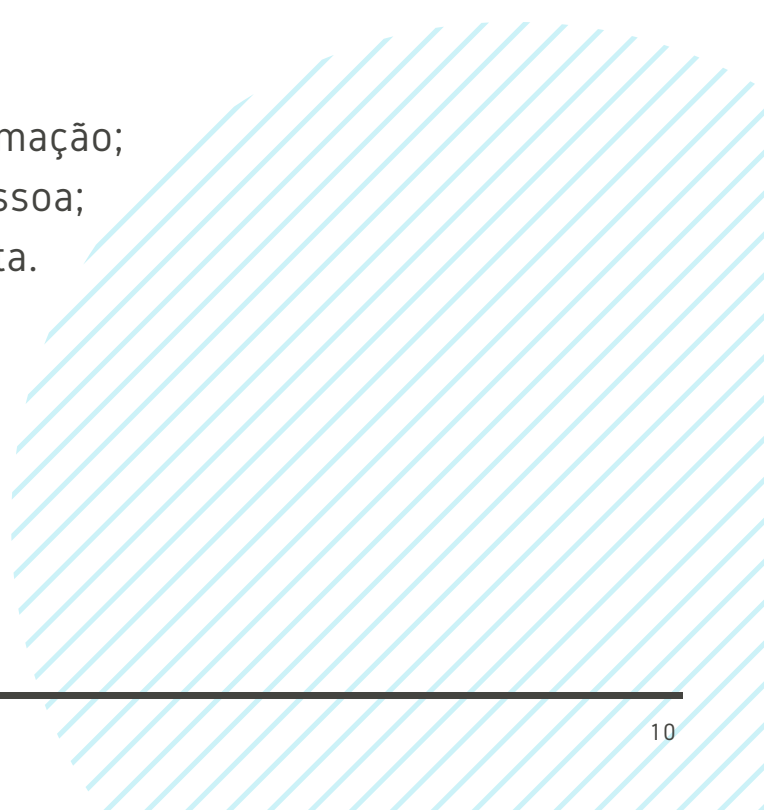


A estrutura também abrange o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ), responsável pelas atividades de formação em nível de mestrado e doutorado, consolidadas em linhas de pesquisa que foram alteradas no ano de 2025; no momento, o processo aguarda aprovação nos Conselhos Superiores.

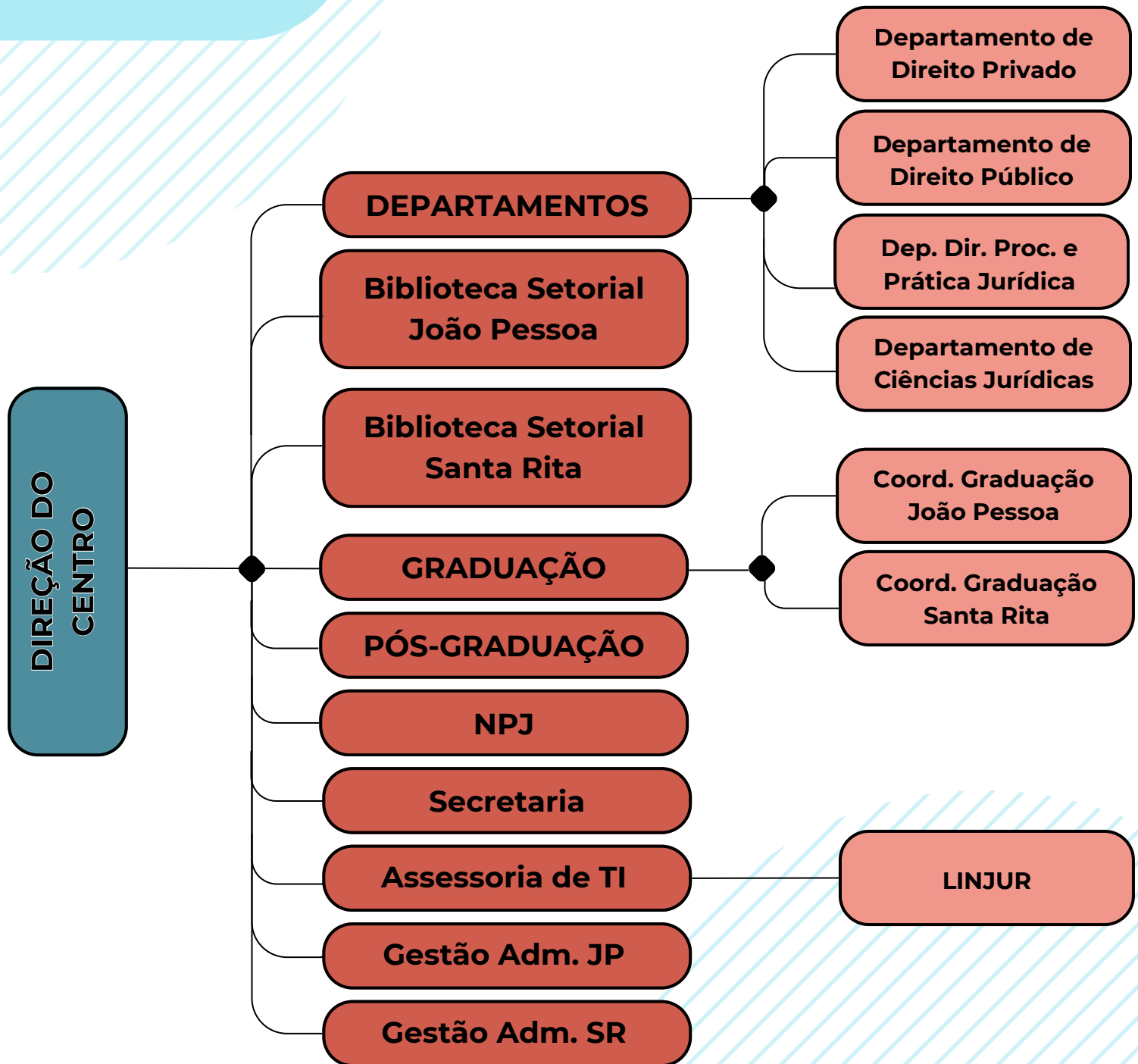
Como apoio acadêmico, o CCJ conta com duas Bibliotecas Setoriais, localizadas nas unidades de João Pessoa e Santa Rita, essenciais ao suporte informacional para discentes, docentes e pesquisadores.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) integra as atividades práticas e de estágio dos estudantes, viabilizando o atendimento à comunidade e permitindo o desenvolvimento de competências profissionais em ambiente supervisionado.

No âmbito administrativo, o Centro possui unidades voltadas ao suporte funcional e operacional, tais como:

- Secretaria Administrativa;
 - Assessoria de Tecnologia da Informação;
 - Gestão Administrativa de João Pessoa;
 - Gestão Administrativa de Santa Rita.
- 

ORGANOGRAMA



2. CCJ EM NÚMEROS

1.396

DISCENTES ATIVOS DE GRADUAÇÃO EM 2025

174

DISCENTES ATIVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

120

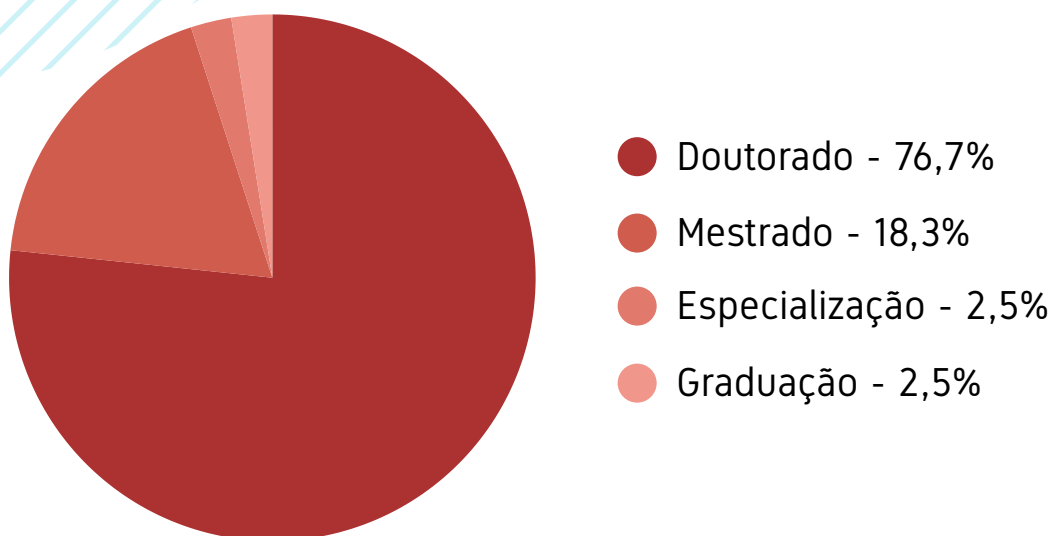
DOCENTES DO CENTRO

58

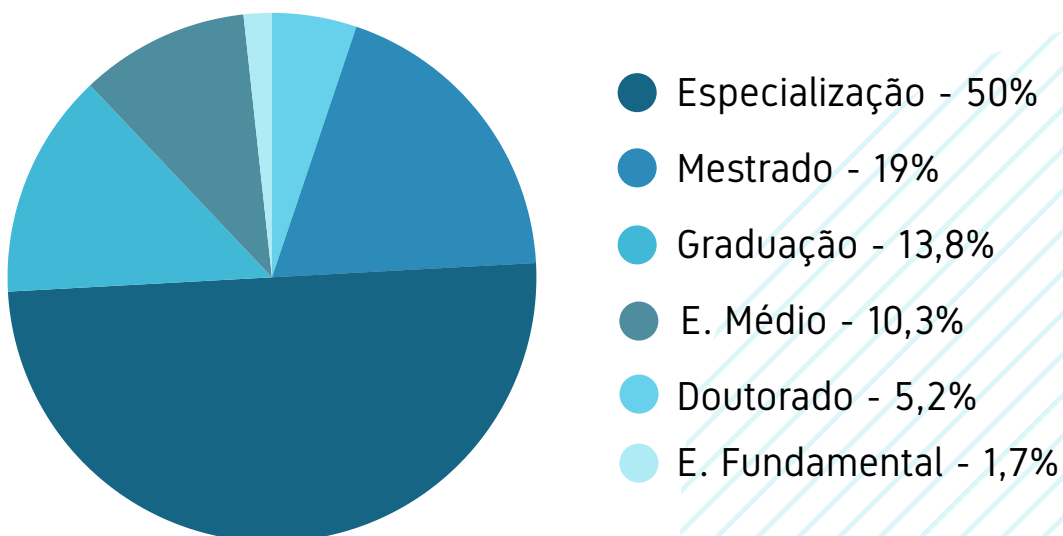
TAES DO CENTRO

2. CCJ EM NÚMEROS

Formação do corpo docente



Formação do corpo técnico-administrativo



2.1 ENSINO

O ano civil de 2025 abrangeu integralmente os períodos letivos 2024.2, 2025.1 e o início de 2025.2, não incluído neste relatório. O Quadro a seguir consolida os indicadores acadêmicos referente aos anos de 2024 e 2025. Observa-se que a variação entre os anos permanece proporcional ao número de vagas disponibilizadas pelo CCJ em seus cursos de graduação.

Quantitativos de Discentes - Centro de Ciências Jurídicas

Ano	Semestres Letivos	Ingressantes	Matriculados no curso (TOTAL)	Discentes Trancados	Discentes Cancelados	Discentes Concluídos
2024	2023.2/2024.1	112/100	845/846	28/32	61/117	64/64
2025	2024.2/2025.1	109/102	861/841	28/19	33/42	77/73

Tabela 1: Discentes ingressantes, matriculados, trancados, cancelados e concluídos entre 2024 e 2025 - JOÃO PESSOA

Ano	Semestres Letivos	Ingressantes	Matriculados no curso (TOTAL)	Discentes Trancados	Discentes Cancelados	Discentes Concluídos
2024	2023.2/2024.1	92/101	573/398	162/194	84/47	41/47
2025	2024.2/2025.1	100/110	461/555	179/160	36/41	42/42

Tabela 2: Discentes ingressantes, matriculados, trancados, cancelados e concluídos entre 2024 e 2025 - SANTA RITA

A tabela a seguir apresenta a distribuição detalhada por curso, contemplando as unidades de João Pessoa e Santa Rita, referentes ao ano de 2025. Os dados permitem visualizar, de maneira individualizada, a movimentação discente em cada curso do Centro de Ciências Jurídicas, subsidiando análises sobre ingressos, matrículas, trancamentos, cancelamentos e conclusões no período.

Movimentação discente - João Pessoa e Santa Rita

CURSO	Ingressantes	Matriculados	Trancados	Cancelados	Concluídos
João Pessoa (2024.2/ 2025.1)	109/102	861/841	28/19	33/42	77/73
Santa Rita (2024.2/ 2025.1)	100/110	446/540	179/160	36/41	42/42

Tabela 3: Quantidade de alunos ingressantes, matriculados no curso, trancados, cancelados e concluídos em 2025

MONITORIA

PROJETOS DE MONITORIA - JOÃO PESSOA

Projeto	Área Temática	Discentes Bolsistas	Discentes Voluntários
Monitoria de Direito Constitucional I	Direito Constitucional	2	-
Monitoria em Sociologia Geral e Jurídica: uma introdução teórico-prática ao campo jurídico	Sociologia Jurídica	1	-
Monitoria e Novas Práticas Metodológicas no Ensino do Direito	Direito Privado	25	19
Multiculturalismo e historicidade na interface jurídico-antropológica do Direito	Antropologia Jurídica	1	2
A Dinâmica da Obrigação Civil: Monitoria para uma Compreensão Crítica e Interdisciplinar das Relações Jurídicas	Direito Privado	-	1
Monitoria Política e Direito	Teoria do Estado	1	2
TOTAL DE DISCENTES		30	24

Tabela 4: Projetos de Monitoria - João Pessoa

PROJETOS DE MONITORIA - SANTA RITA

Projeto	Área Temática	Discentes Bolsistas	Discentes Voluntários
Monitoria para a disciplina de Direito Tributário I	Direito Tributário	1	1
Monitoria de Introdução ao Direito I	Introdução ao Direito	1	1
Educação em Direitos Humanos e Diversidade: contribuições para uma formação jurídica crítica e inclusiva	Direitos Humanos	1	2
Ensino de Direito Penal IV em diálogo: fomentar o pensamento crítico nas ciências criminais	Direito Penal	1	2
5CHEGANDO À UNIVERSIDADE: Monitoria em Sociologia Geral e Jurídica (Direito - Santa Rita)	Sociologia Geral e Jurídica	1	2
6Psicologia Jurídica Crítica: Diálogos Entre Psicologia e Direito	Psicologia jurídica	1	1
Monitoria em Direito Empresarial I	Direito Empresarial	-	2
Projeto de monitoria da disciplina Direito Processual Penal I: Análise crítica do processo penal diante do populismo punitivista	Direito Processual Penal	1	1
Monitoria em Direito Administrativo I	Direito Administrativo	1	1

Tabela 5: Projetos de Monitoria - Santa Rita (pág. 1)

PROJETOS DE MONITORIA - SANTA RITA - CONTINUAÇÃO

Projeto	Área Temática	Discentes Bolsistas	Discentes Voluntários
Monitoria em Direito Civil III: Análises de contratos e metodologia ativa	Direito Civil	1	1
Ensino Jurídico e Hermenêutica Quilombola: a função social no estado democrático de direito	Teoria do Direito	1	2
Monitoria para a disciplina de Direito Processual Civil III	Direito Processual Civil	1	2
Direitos Humanos em perspectiva crítica: projeto de monitoria para as disciplinas de Direito dos Grupos Socialmente Vulneráveis e Direito Constitucional III	Teoria do Direito	1	1
PROJETO DE MONITORIA DA DISCIPLINA DE DIREITO ECONÔMICO - DIREITO ECONÔMICO: CONSTITUCIONALISMO ECONÔMICO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988, DESENVOLVIMENTISMO E FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL	Direito Constitucional	1	-
Projeto de Monitoria - Direito Civil VI - Famílias	Direito de Família	1	1
TOTAL DE DISCENTES		14	20

Tabela 5: Projetos de Monitoria - Santa Rita (pág. 2)

2.2 PESQUISA

ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE PESQUISA

Os projetos de iniciação científica do CCJ desempenham um papel institucional, acadêmico e social de grande relevância no rol de atividades de pesquisa da UFPB.

Neste sentido, o CCJ tem sido reiteradamente reconhecido como um Centro comprometido com a produção de conhecimento, que produz pesquisa de qualidade, sempre agregada à extensão e ao ensino, para uma formação integral do corpo discente. Estivemos massivamente em todos os Encontros de Iniciação Científica da UFPB e fomos premiados em quase todas as edições do Prêmio Jovem Pesquisador¹.

Foi ainda através da atuação da representação do CCJ no Comitê Institucional de Programas de Iniciação Científica (CIPIC), vinculado à PROPESQ, que se iniciou a longa discussão que culminou na instituição, a partir dos editais de 2023, da cota para docentes por ocasião de gozo de licença-maternidade ou licença-adoptante igual ou superior a 120 dias nos últimos quatro anos anteriores à vigência dos editais, uma vitória da luta pela equidade de gênero na Universidade e na pesquisa acadêmica brasileira, mundialmente instituída e reconhecida como ferramenta para a consecução da ODS n. 5, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

¹ Desde 2019, ano em que a atual Assessoria foi nomeada. Fonte: https://www.propesq.ufpb.br/propesq/@@busca?SearchableText=premiados&sort_on=relevance.

Participamos de todas as reuniões com o Comitê Externo do CNPq e divulgamos os projetos de pesquisa do CCJ no contexto da avaliação anual para a concessão de cotas de bolsa para os Programas Institucionais da UFPB.

É com alegria que constatamos que o contingente de projetos de pesquisa, planos de trabalhos e cotas de bolsa de docentes vinculados ao CCJ tem média de crescimento a cada edição dos Editais de Iniciação Científica², mantendo a qualidade e a relevância dos temas desenvolvidos.

Ante o exposto, seguem os projetos desenvolvidos por docentes lotados no CCJ, no âmbito dos Editais de IC 2025-2026, a partir dos dados consolidados até 31/12/2025:

Projeto	Área Temática	Período de Execução	Discentes Bolsistas	Discentes Voluntários
Direto internacional da ciência, educação e cultura – percursos e intersecções multiníveis	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	-	3
Discursos de ódio nas Universidades: desigualdades e direito à educação	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	
Impactos e desafios para o futuro do trabalho dos jovens e das pessoas LGTQIAPN+ no Brasil	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	
Sistema Agroalimentar brasileiro e o incentivo ao consumo de ultraprocessados: a relação entre a regulação estatal e a efetivação do direito humano à alimentação adequada	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	-	3
Proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil à luz de casos emblemáticos da Corte Regional Interamericana e do Supremo Tribunal Federal	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	-	1

<2 Desde 2019, ano em que a atual Assessoria foi nomeada. Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_bolsistas.jsf>.

Projeto	Área Temática	Período de Execução	Discentes Bolsistas	Discentes Voluntários
BRICS e Inteligência Artificial (BRICS IA): articulações discursivas entre as cúpulas diplomáticas e a Jurisdição Constitucional para a governança ética da IA.	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	1
Harmonia ou dissonância? Problemas jurídicos contemporâneos da música e dos músicos	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	1

Tabela 6: Projetos de Pesquisa - João Pessoa

Projeto	Área Temática	Período de Execução	Discentes Bolsistas	Discentes Voluntários
Direito, tecnologia e transhumanismo: a humanidade rumo ao ocaso?	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		1
Narcocidades, crime e violação de direitos fundamentais: o controle territorial do crime organizado e suas implicações para o direito à cidade no Brasil	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		2
Os refugiados ambientais, o aquecimento global e o desaparecimento dos micropaíses: debates sobre Estado, Direitos Humanos e imigração diante da crescente crise climática	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	1	
Direito da Energia e os incentivos tributários e econômicos do setor elétrico	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	1
Pena justa para as mulheres presas: enfrentamentos institucionais e populares às violações de direitos no cárcere feminino paraibano	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		3

Tabela 7: Projetos de Pesquisa - Santa Rita (pág. 1)

Projeto	Área Temática	Período de Execução	Discentes Bolsistas	Discentes Voluntários
Pragmatismo filosófico e teoria do direito: tradição e crítica	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		1
Controle de Constitucionalidade e a construção democrática no Brasil	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		1
Poder judiciário e conflitos fundiários coletivos: atuações das comissões de soluções fundiárias nas Zonas da mata paraibana e pernambucana	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		3
Os contratos de cessão de uso da terra para a produção de energia renovável e despossessão por acumulação de capital: um estudo comparativo entre Brasil, Espanha e Colômbia	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	1
Feminicídio e responsabilidade do Estado: um estudo a partir do feminismo decolonial	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		3
Democracia nas trincheiras: as sombras do militarismo sobre o Congresso Constituinte de 1987-1988	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		3
Observatório interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais: sistematização e análise crítica das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos envolvendo a luta pela terra na Paraíba nos casos da Silva x Brasil e Muniz da Silva x Brasil	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	
Entre grades e estigmas: como a prisão provisória subverte a Política Antimanicomial do Poder Judiciário?	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	
Novas tecnologias punitivas: reflexões criminológicas sobre a atuação legislativa no Congresso Nacional	Ciências Sociais Aplicadas Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	

Tabela 7: Projetos de Pesquisa - Santa Rita (pág. 2)

Projeto	Área Temática	Período de Execução	Discentes Bolsistas	Discentes Voluntários
Direito de patentes e o complexo industrial da saúde no Brasil pós-pandêmico	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	1	2
Interfaces entre Direitos de Propriedade Intelectual e Direito da Concorrência no Brasil: uma análise a partir da regulação das Big Techs	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	1	2
Constitucionalismo e Quilombos: o racismo nos processos administrativos de regularização fundiária das comunidades quilombolas da Paraíba (2003-2025)	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026	2	1
Vidas (in)deferidas: medidas protetivas de urgência e a atuação do Poder Judiciário da Paraíba	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		3
Controle de políticas públicas sob a perspectiva dos ODS: diálogos entre o Direito e a Administração Pública	Ciências Sociais Aplicadas	09/2025 – 08/2026		1

Tabela 7: Projetos de Pesquisa - Santa Rita (pág. 3)

2.3 EXTENSÃO

A Assessoria de Extensão do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) constitui instância estratégica para a articulação entre os projetos de extensão do Centro e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFPB), atuando de forma sistemática nos processos de comunicação, orientação, acompanhamento, divulgação e integração das ações extensionistas desenvolvidas por coordenadoras e coordenadores de projetos de curta e longa duração, com ou sem concessão de bolsas.

As ações de extensão do CCJ evidenciam expressiva mobilização da comunidade acadêmica junto à sociedade, contribuindo para a realização de processos educativos, culturais e científicos e promovendo experiências formativas qualificadas para discentes e demais extensionistas envolvidos.

No ano de 2025 a Assessoria de Extensão do CCJ se fortaleceu e conseguiu sistematizar informações relevantes para comunicar de forma qualificada os avanços e os desafios enfrentados na execução das ações extensionistas nos últimos anos, com destaque para a participação discente nas ações de extensão e ao perfil socioeconômico dos bolsistas.

Observa-se, ainda, nas edições dos Editais PROBEX 2024/2025 e UFPB no seu Município 2025, a ampliação do número de projetos de extensão vinculados ao CCJ, especialmente no âmbito do Departamento de Ciências Jurídicas, impulsionada pela posse de novos docentes no referido Departamento entre os anos de 2023 e 2025. Tal ampliação contribuiu de forma significativa para o incremento quantitativo e a diversificação temática das ações de extensão desenvolvidas no Centro.

Adicionalmente, em 2025, a Assessoria de Extensão consolidou-se como instância de articulação, planejamento e fortalecimento institucional no âmbito do CCJ, ampliando sua atuação na integração entre projetos, departamentos e a comunidade universitária. Nesse sentido, destaca-se a realização da “Mostra dos Projetos de Extensão do CCJ: conectando saberes e práticas”, que contou com a participação da maioria dos integrantes dos projetos executados pelo Centro no referido ano, bem como da Pró-Reitora de Extensão e de servidor técnico-administrativo da PROEX, da Direção do CCJ, das coordenações dos cursos de Direito de Santa Rita e João Pessoa e de discentes representantes de seus respectivos Centros Acadêmicos, além de docentes, discentes e técnico-administrativo do CCJ e de outros Centros.

Realizado em 22 de julho de 2025, o evento constituiu espaço qualificado de debate sobre a extensão universitária nos cursos de Direito da UFPB, reafirmando sua centralidade na formação acadêmica e evidenciando, simultaneamente, os desafios ainda existentes para o seu fortalecimento. Na assembleia final da atividade foram debatidos pontos fundamentais que subsidiaram a elaboração da “Carta da Extensão do CCJ para a Comunidade Acadêmica” (consultar os anexos), documento posteriormente encaminhado à PROEX, à Direção do CCJ e às coordenações dos projetos de extensão do Centro.

Por fim, os quadros apresentados a seguir sistematizam informações relevantes acerca das ações de extensão desenvolvidas no âmbito do CCJ ao longo do ano de 2025.

EXTENSÃO CCJ – 2024/2025 - ANÁLISE GERAL	
Total de projetos de extensão:	33
Total de bolsistas:	45
Total de extensionistas voluntários:	278
Total de projetos premiados:	4

Tabela 8: Dados da extensão dos cursos de Direito do CCJ - 2024/2025.

Fonte: Dados extraídos do SIGAA e do acervo documental da Assessoria de Extensão do CCJ - UFPB

EXTENSÃO CCJ – 2025/2026 - ANÁLISE GERAL	
Total de projetos de extensão:	32
Total de bolsistas:	29
Total de extensionistas voluntários:	289
Total de projetos premiados:	De acordo com o Edital PROEX N. 16/2025, na edição de 2025 do ENEX, em comemoração aos 70 anos da UFPB, todos os resumos submetidos e apresentados receberão o Prêmio Elo Cidadão 2025, excepcionalmente, como forma de reconhecimento à contribuição acadêmica de todos os participantes.

Tabela 9: Dados da extensão dos cursos de Direito do CCJ - 2025/2026

Fonte: Dados extraídos do SIGAA e do acervo documental da Assessoria de Extensão do CCJ - UFPB

MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO EXTENSIONISTA

No que se refere à modernização e ao aperfeiçoamento da gestão extensionista, o ano de 2025 foi marcado pela adoção de práticas voltadas à qualificação dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações de extensão desenvolvidas no âmbito do CCJ. A Assessoria de Extensão passou a atuar de forma mais sistemática na organização e padronização de fluxos administrativos, contribuindo para maior eficiência na interlocução com a PROEX e no acompanhamento dos projetos de extensão.

MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO EXTENSIONISTA

Destaca-se a sistematização de dados relativos aos projetos em execução, incluindo informações sobre modalidades de extensão, tempo de duração, áreas temáticas, participação discente e perfil socioeconômico dos bolsistas, o que permitiu maior transparência e capacidade de análise, subsidiando a tomada de decisões no âmbito da gestão extensionista. Essa iniciativa representou avanço significativo no fortalecimento de uma cultura institucional orientada por evidências.

No campo da comunicação e da divulgação das ações extensionistas, foram adotadas estratégias voltadas à ampliação da visibilidade institucional da extensão no CCJ, com a organização de informações, produção de materiais de apoio e incentivo à socialização das experiências extensionistas entre docentes, discentes e a comunidade externa. A realização da Mostra dos Projetos de Extensão do CCJ: conectando saberes e práticas insere-se nesse processo, ao estimular a integração entre os projetos e promover o intercâmbio de saberes e experiências. Além disso, o perfil do Instagram da Assessoria de Extensão do CCJ tem contribuído para a ampla divulgação das ações de extensão do Centro.

A Assessoria de Extensão também intensificou sua atuação no apoio técnico e pedagógico às coordenações de projetos, especialmente no que diz respeito à elaboração, execução e acompanhamento das ações extensionistas, culminando na apresentação do relatório final, nos termos estabelecidos pela PROEX.

Tais iniciativas consolidaram a Assessoria de Extensão como instância estratégica de gestão, planejamento e inovação no CCJ, fortalecendo a institucionalização da extensão universitária, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária e com os instrumentos de planejamento e avaliação da UFPB.

Os quadros da apresentação anexa ilustram alguns dos elementos que contribuem para o aperfeiçoamento da gestão extensionista no CCJ (sistematizada para apresentação na referida Mostra dos Projetos de Extensão do CCJ) e trazem subsídios para os tópicos a seguir.

IMPACTO SOCIAL, JURÍDICO E COMUNITÁRIO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

As ações de extensão desenvolvidas no CCJ evidenciam impacto social, jurídico e comunitário relevante, especialmente nas áreas de direitos humanos, justiça social, associativismo, luta antimanicomial, direitos das mulheres, sistema prisional, enfrentamento à tortura e outras violências, conflitos territoriais urbanos e rurais, justiça racial, educação em direitos e assessoria jurídica popular. A consolidação de projetos com mais de dez anos de atuação demonstra continuidade, enraizamento territorial e reconhecimento social das iniciativas extensionistas.

O impacto jurídico manifesta-se tanto na produção de conhecimento crítico quanto na atuação direta junto a populações em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o acesso a direitos, o fortalecimento da cidadania e a incidência em políticas públicas. O reconhecimento institucional da qualidade dessas ações é evidenciado pelas premiações recorrentes no Prêmio Elo Cidadão da UFPB, entre 2020 e 2024, em múltiplas categorias, incluindo direitos humanos, justiça e educação.

No plano comunitário, os projetos promovem interlocução permanente com movimentos sociais, órgãos públicos e comunidades locais, reforçando o papel social da universidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Destacam-se, ainda, iniciativas com atuação internacional, especialmente aquelas desenvolvidas junto aos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o que amplia a projeção institucional do CCJ, potencializa a circulação qualificada do conhecimento produzido e contribui para o fortalecimento de práticas acadêmicas comprometidas com a promoção e a efetivação dos direitos humanos em contextos locais, nacionais e internacionais.

PARTICIPAÇÃO DISCENTE E FORMAÇÃO PRÁTICA

A extensão no CCJ apresenta crescimento constante no período analisado e apresentado na Mostra dos Projetos de Extensão do CCJ (2020–2024), com ampliação significativa do número de projetos, especialmente em 2024–2025, quando foram registrados 28 projetos de extensão com bolsa. Destaca-se a expressiva participação discente, tanto no curso de Direito de João Pessoa quanto no de Santa Rita, com atenção específica à inclusão de estudantes cotistas.

A análise do perfil socioeconômico dos bolsistas indica o empenho das coordenações dos projetos para articular a política de extensão às ações afirmativas e às estratégias de permanência estudantil.

Ademais, as atividades desenvolvidas não apenas promovem mudanças concretas na vida dos grupos e comunidades vulnerabilizadas atendidas, mas também revelam que a experiência extensionista exerce efeito profundo na formação dos/as estudantes, ampliando sua visão crítica, desenvolvendo competências profissionais e consolidando valores éticos e sociais.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS E INTERLOCUÇÃO COM A SOCIEDADE

As ações extensionistas do CCJ caracterizam-se pela ampla articulação interinstitucional, envolvendo parcerias com órgãos do sistema de justiça, outras instituições públicas, movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil. Essa rede de parcerias fortalece a capilaridade das ações e potencializa seus efeitos sociais e jurídicos.

A realização da Mostra dos Projetos de Extensão do CCJ em julho de 2025, constituiu espaço estratégico de socialização das experiências extensionistas, integração entre projetos e diálogo com a comunidade universitária e externa. O evento reforçou a interlocução entre a Assessoria de Extensão do CCJ, a PROEX, a Direção do CCJ, as coordenações de curso, os Centros Acadêmicos, os docentes e os discentes, consolidando a extensão como eixo estruturante da atuação institucional do Centro.

Além disso, a participação de docentes e discentes no XXVI Encontro de Extensão (ENEX), realizado em novembro de 2025, contribuiu para a ampliação dos espaços de diálogo e de intercâmbio entre os projetos de extensão do CCJ, as iniciativas desenvolvidas por outros Centros da UFPB e a comunidade externa que visitou os estandes durante o Encontro.

INFRAESTRUTURA E SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

No âmbito das reflexões realizadas durante a Mostra dos Projetos de Extensão do CCJ, foram identificados desafios estruturais e institucionais que impactam diretamente a infraestrutura e o suporte às atividades extensionistas. Destaca-se, inicialmente, a dificuldade de reconhecimento da extensão universitária como dimensão constitutiva de uma concepção ampliada de Prática Jurídica, o que tem gerado conflitos recorrentes com as atividades de estágio, especialmente no que se refere à compatibilização de horários e à liberação dos estudantes para participação regular nas ações extensionistas.

Outro aspecto crítico refere-se à limitação de recursos financeiros destinados à extensão, evidenciada pelo número reduzido de bolsas disponíveis e pela ainda incipiente valorização curricular das atividades extensionistas. Tal cenário contribui para a desmotivação discente e para a priorização dos estágios remunerados, sobretudo considerando o elevado contingente de estudantes que dependem de apoio financeiro para assegurar sua permanência na universidade.

Ademais, foi apontada a persistência de uma hierarquização institucional que privilegia o ensino e a pesquisa em detrimento da extensão, refletida, entre outros fatores, na exclusão da produção intelectual extensionista dos editais de bolsas de iniciação científica. Essa dinâmica limita o reconhecimento acadêmico das ações de extensão e contribui para a invisibilização de seus impactos sociais, jurídicos e formativos.

Apesar das restrições orçamentárias e das limitações de infraestrutura identificadas, os extensionistas e as coordenações dos projetos têm demonstrado elevado comprometimento institucional e capacidade de articulação, assegurando a continuidade das ações e alcançando resultados expressivos. Tal desempenho evidencia o potencial transformador da extensão universitária e reforça a necessidade de fortalecimento das políticas de infraestrutura e suporte às atividades extensionistas no âmbito institucional.

3. GESTÃO DO CCJ EM 2025

Relatamos a seguir as ações gerenciais das unidades que compõem o CCJ, iniciando pela Direção de Centro e repassando para as unidades acadêmicas.

100%

ORÇAMENTO DO
CENTRO
EXECUTADO

401

REQUISIÇÕES DE
SERVIÇO EMITIDAS

4

UNIDADES
ADMINISTRATIVAS
EM PGD

3.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No PDI 2024–2028, foi definido o Objetivo Estratégico OE-01, que estabelece a necessidade de “assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, buscando um alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão”.

A execução de cada elemento de despesa vinculado aos créditos de Capital e Custeio ocorreu conforme demonstrado nas tabelas a seguir, com a distribuição especificada para as unidades de João Pessoa e Santa Rita.

NATUREZA	OBJETIVO	VALOR EXECUTADO
Equipamentos e Material Permanente	OE.01 - Assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, buscando o alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão. OE.06 – Modernizar e adequar infraestrutura física	R\$24.102,98
	OE.01 - Assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, buscando o alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão. OE.10 - Assegurar a prestação de serviços de TI de qualidade	R\$25.868,00
Material de Consumo	OE.01 - Assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, buscando o alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão. OE.06 – Modernizar e adequar infraestrutura física	R\$22.400,25
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	OE.01 - Assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, buscando o alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão. OE.06 – Modernizar e adequar infraestrutura física	R\$26.458,43

Tabela 10: Execução orçamentária dos créditos de Capital de acordo com os elementos de despesa - João Pessoa (pág. 1)

NATUREZA	OBJETIVO	VALOR EXECUTADO
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	OE.01 - Assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, buscando o alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão. OE.06 – Modernizar e adequar infraestrutura física OE.10 - Assegurar a prestação de serviços de TI de qualidade	R\$1.427,90
Estagiário	OE.01 - Assegurar uma gestão orçamentária e financeira eficiente, buscando o alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão. OE.12 – Fortalecer o desempenho acadêmico OE.17 – Fortalecer o desempenho institucional e ampliar seu impacto na sociedade	R\$10.054,99

Tabela 11: Execução orçamentária dos créditos de Capital de acordo com os elementos de despesa - João Pessoa (pág. 2)

DESCRIÇÃO	OBJETIVO	VALOR EXECUTADO
Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de Ar-condicionado, Microcomputador, monitor e Cafeteira.	34.305,00
Material de Consumo	Garantir a continuidade das operações diárias, fornecendo os itens necessários para que as atividades não sejam interrompidas por falta de recursos básicos.	R\$16.860,94
Almoxarifado Virtual Nacional	Compras de material de expediente e eletrônicos através do almoxarifado virtual nacional	R\$1.427,99
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Contratação de empresa especializada na prestação do serviço comum de outsourcing de impressão na modalidade franquia mensal mais excedente com reforço.	R\$3.964,48

Tabela 12: Execução orçamentária dos créditos de Capital de acordo com os elementos de despesa - Santa Rita

Com a finalidade de promover um ambiente acadêmico e administrativo mais seguro, funcional e alinhado às necessidades contemporâneas, o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) desenvolveu um conjunto de ações voltadas à melhoria de sua infraestrutura física. As iniciativas buscaram racionalizar o uso das áreas disponíveis e assegurar condições adequadas de trabalho e estudo para a comunidade universitária.

As intervenções de maior complexidade, ratificadas pela Direção do CCJ, definidas como prioritárias com base nas especificidades de cada unidade, e com recursos já detalhados, estão listadas nas tabelas a seguir.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
Manutenção/instalação de ares-condicionados	R\$10.992,79	Realizado
Manutenção da infraestrutura da biblioteca setorial	R\$43.446,90	Em andamento
Instalação de bebedouro na copa	R\$1.611,84	Realizado
Manutenção na cobertura da sala de aula 7	R\$24.508,67	Realizado
Manutenção na cobertura da sala de aula 1	R\$23.071,06	Realizado

Tabela 13: Manutenções de infraestrutura realizadas no CCJ unidade João Pessoa

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
Impermeabilização da cobertura do auditório e biblioteca.	R\$33.317,96	EXECUTADO
Reforma da cobertura dos blocos de sala de aula (B)	R\$27.573,55	EXECUTADO

Tabela 14: Manutenções de infraestrutura realizadas no CCJ unidade Santa Rita

A Gestão Administrativa, em suas três unidades (João Pessoa, Faculdade e Santa Rita), também solicitou a realização de serviços de meio ambiente e manutenções de infraestrutura menos complexas, relacionadas à construção civil, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, máquinas e equipamentos de uso comum (como bebedouros e aparelhos de ar condicionado) e marcenaria. O quadro a seguir enumera o quantitativo de requisições de manutenção de infraestrutura e meio ambiente emitidas por cada unidade.

REQUISIÇÕES EMITIDAS - CCJ	QUANTIDADE
João Pessoa	160
Santa Rita	222
Faculdade de Direito	19
TOTAL	401

Tabela 15: Requisições emitidas em 2025

3.2 GESTÃO DE PESSOAS

No PDI 2024–2028 foram definidos direcionamentos específicos para a área de gestão de pessoas, voltados à modernização das práticas administrativas e ao aprimoramento dos fluxos institucionais. Em consonância com os princípios da gestão pública contemporânea, essas orientações buscam promover maior eficiência, transparência e capacidade de inovação, fortalecendo um ambiente de trabalho mais ágil e alinhado às demandas atuais do serviço público.

Com base nessas diretrizes, o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) estruturou iniciativas voltadas à valorização dos servidores, ao desenvolvimento de competências e à adoção de práticas que contribuam para a oferta de serviços acadêmicos e administrativos de maior qualidade e acessibilidade.

No exercício de 2025, as ações relacionadas às principais diretrizes estratégicas de gestão de pessoas contemplaram:

AÇÃO	DESCRIÇÃO
Implementação do Programa de Gestão de Desempenho (PGD)	Aderiram ao PGD a Secretaria da Direção do Centro, a Coordenação de Graduação de Santa Rita, Secretaria do Departamento de Ciências Jurídicas e a Assessoria de Informática
Gestão humanizada e valorização do servidor	Pedidos de licença sem vencimentos e licença capacitação foram analisados e encaminhados para os setores competentes.
Dimensionamento estratégico de pessoal (SISDIP)	Foram feitos treinamentos e repassadas orientações sobre o processo de dimensionamento da força de trabalho, realizado através do SISDIP. Os dados concluem que a maioria dos setores do CCJ está em déficit de servidores técnico-administrativos. O cadastramento das entregas também trazem clareza quanto ao volume de trabalho e esforço dedicado.

Tabela 16: Ações especificamente voltadas à Gestão de Pessoas em 2025

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

No âmbito do PDI 2024–2028, a UFPB estabeleceu o Objetivo Estratégico OE-10, direcionado ao aprimoramento da qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação. Considerando essas diretrizes, o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) desenvolveu, ao longo de 2025, um conjunto de ações voltadas à modernização, manutenção e qualificação de seus recursos tecnológicos, com foco no suporte às atividades acadêmicas e administrativas.

A seguir, apresentam-se as principais ações executadas pela área de Informática do CCJ no período:

EIXO DE ATUAÇÃO	AÇÕES REALIZADAS
Organização e Modernização dos Ambientes Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none">• Instalação de Access Points no Auditório e em todo o ambiente do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) – Campus I, proporcionando maior cobertura de sinal, estabilidade da conexão e melhor acesso à internet para alunos, professores e servidores.• Implantação do Sistema de Cadastro de Alunos da comunidade acadêmica do Centro de Ciências Jurídicas – Unidade Santa Rita.
Manutenção de Equipamentos e Suporte Técnico	<ul style="list-style-type: none">• Remoção de equipamentos obsoletos e a substituição por novos equipamentos tecnológicos.• Suporte técnico foi prestado de forma sistemática, atendendo às demandas internas relacionadas a hardware, software e conectividade.• Instalação nos computadores do LINJUR Santa Rita o Sistema de Controle de Cadastro de Alunos

Tabela 17: Ações realizadas pela assessoria de tecnologia da informação em 2025

EIXO DE ATUAÇÃO	AÇÕES REALIZADAS
Infraestrutura de Rede	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação e melhoria da infraestrutura de rede wireless em todo o CCJ; • Instalação e configuração da rede sem fio institucional e do sistema Eduroam, ampliando o acesso seguro à internet; • Substituição de cabos de rede em salas de aula e demais ambientes do CCJ, garantindo maior estabilidade, velocidade e segurança na transmissão de dados. • Na Unidade Santa Rita, foram substituídos roteadores que apresentavam defeitos, contribuindo para a melhoria da infraestrutura de rede e da conectividade local.
Aprimoramento de Sistemas Internos	<p style="text-align: center;">Suporte em Informática e Chamados</p> <p>No ano de 2025, foram atendidos 83 chamados técnicos, por meio do Sistema de Chamados OTRS e e-mails institucionais, distribuídos da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • João Pessoa: 54 chamados • Santa Rita: 29 chamados <p style="text-align: center;">Webdesenvolvimento e Gerenciamento de Sites Institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento de 46 solicitações via e-mail para publicação de notícias e editais, assegurando a divulgação de informações institucionais. • Desenvolvimento, gerenciamento e manutenção de 04 novos sites institucionais do Centro de Ciências Jurídicas, contemplando a Unidade João Pessoa, a Unidade Santa Rita, a Coordenação do Curso de Direito e a Pós-Graduação do Centro de Ciências Jurídicas.

Tabela 18: Ações realizadas pela assessoria de tecnologia da informação em 2025 (pág. 2)

3.4 GESTÃO ACADÊMICA DA GRADUAÇÃO

SANTA RITA

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ACADÊMICA E DE APOIO AO ENSINO - COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CCJ/SANTA RITA

- Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização das salas de aula e dos ambientes coletivos, visando à melhoria das condições térmicas e ao conforto dos usuários. Serviços de limpeza, recarga de gás, substituição de peças e ajustes técnicos em aparelhos de ar-condicionado.
- Reparos em pontos de infiltração no teto das salas de aula, com posterior recomposição de revestimentos e pintura, contribuindo para a preservação do patrimônio físico e para a qualificação dos espaços pedagógicos

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AÇÕES DE BEM-ESTAR

- Ampliação da oferta de transporte institucional para o traslado entre o Campus I (João Pessoa) e o CCJ (Santa Rita), atendendo à demanda dos discentes e contribuindo para a redução de evasão e atrasos decorrentes de dificuldades de deslocamento.
- Revitalização da sala de vivência dos estudantes, com adequações no mobiliário, organização do espaço e melhoria das condições de uso.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICA E DOS PROCESSOS INTERNOS

- Implantação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD)
- Consolidação do Manual do Aluno
- Eliminação gradual do uso de documentos físicos nos processos administrativos e acadêmicos
- Digitalização de fluxos, adoção de sistemas eletrônicos e o uso prioritário de plataformas institucionais

3.5 GESTÃO ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO

ESTRUTURA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

Nível	Vagas Anuais	Matrículas Ativas	Conceito CAPES	Última Avaliação	Coordenação
Mestrado/ Doutorado	30 (Mestr.) 15 (Dout.)	174	4	2020 -2024	Pablo Leurquin (coord.) e Bruna Soares de Araújo (vice-coord.)

Tabela 19: Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

O CCJ oferta programas stricto sensu em nível de Mestrado e Doutorado, descritos no quadro a seguir:

Curso de Mestrado			
Área de Concentração Direito Econômico		Área de concentração Direitos Humanos	
Linha 01 Atores estatais e não estatais, Desenvolvimento Socioeconômico e Inclusão	Linha 02 Transição Energética, Sustentabilidade Ambiental e Novas Tecnologias	Linha 01 Teorias dos Direitos Humanos, Cidadania e Transjuridicidade	Linha 02 Violência, Proteção dos Direitos Humanos e Sistemas Penais
Curso de Doutorado			
Área de Concentração Direitos Humanos e Desenvolvimento			
Linha 01 Justiça Econômica, Direitos Socioambientais e Desenvolvimento		Linha 02 Cidadania, Conflitos Sociais e Proteção dos Direitos Humanos	

Tabela 20: Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

No âmbito da Pós-Graduação, o CCJ desenvolveu, ao longo de 2025, as seguintes ações voltadas à consolidação do PPGCJ:

- Seminário de autoavaliação do PPGCJ/UFPB (11-13/02/2025);
- Participação no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da UFPB;
- Participação do 2º Encontro de Planejamento Territorial, na Universidad Nacional de Colombia – Sede Medellín (19/02/2025);
- Reunião Prof. Emílio Santoro, da Universidade de Florença (UNIFI) para consolidar o convênio entre o PPGCJ e a UNIFI (10/02/2025);
- Palestra da Profa. Maria Creusa Borges e do Prof. Emilio Santoro sobre “Estado de Direito e a atuação dos agentes globais de tecnologia” (11/02/2025);
- Lançamento do livro “Estudos de Direito Tributário”, organizado pela Profa. Ana Paula Basso (17/02/2025);
- Reunião do Projeto Dom Quixote com o MST-PB sobre cooperativa solar (18/02/2025);
- Minicurso sobre “Governança Digital na Urbanização Tecnológica: energias renováveis, promoção e proteção do Direito à Cidade” (23/03/2025-13/05/2025);
- Capacitação em energias eólica e solar, MP/PB e Dom Quixote em parceria (21 e 28/03/2025);
- Chamada da Revista Prima F@cie “Governança Digital e acesso à justiça: o futuro da efetividade e inclusão no sistema judicial”;
- Chamada da Revista Prima F@cie “Direitos Culturais em risco”;
- Palestra do Prof. Alan Ibn Chahrur sobre “O Positivismo Crítico: continuidade e ruptura no pensamento de Hans Kelsen”, organizado pelo prof. Newton de Oliveira Lima (18/03/2025);
- Lançamento do livro “Povos e comunidades tradicionais na América Latina”, com participação de texto da Profa. Maria Creusa Borges. Trata-se de fruto de cooperação entre a Universidad de Deusto (Bilbao), o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UNIT e o Governo do Estado de Sergipe;
- Palestra sobre dos Professores Newton de Oliveira Lima e Rafael Tubone sobre “Estado de Direito e o Brasil”, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (24/04/2025);
- Aula aberta do PPGDH e o PPGCJ sobre “Repressão e Resistência: A luta jurídica dos camponeses, das periferias urbanas e dos imigrantes”, com a Profa. Laura Von Mandach e a Profa. Iranice Gonçalves Muniz (24/04/2025);
- Participação do Prof. José Irivaldo e suas orientandas, Veneranda Gonçalves e Yanna Alencar, no 2º Fórum Brasil das Águas (5 e 9/05/2025);

- Debate: “Neokantismo jurídico e valores: Como os valores moldam o Direito?”. Com a presença do Prof. Dr. Newton de Oliveira Lima (PPGCJ/UFPB), Flávio dos Santos (Mestrando PPGCJ/UFPB) e Rafael Seibel Reganati (Mestrando em Direito/PUC-Campinas). (26/09/2025);
- Diplomação de Fernanda Fernandes de Oliveira Formiga e Ramon Aranha da Cruz como Doutores em Direito pela Universidade de Florença (Itália), em cotutela com a UFPB/PPGCJ. (03/10/2025);
- Publicação do livro Livro Teoria crítica do Estado, Editora Sanokoré, 2025. Autoria do professor Dr. Fernando Maia (08/10/2025);
- Publicação do Edital Interno Lenilde Duarte de Sá de Seleção de teses da UFPB (10/10/2025);
- Premiação no II Concurso Internacional “Smart City 2030: Gestão do Desenvolvimento Sustentável das Cidades dos BRICS”, representando o Brasil entre universidades da China, Rússia, Índia e Indonésia. A equipe é composta Diego da Silva Mendonça (doutorando do PPGCJ), Ana Raquel Furtado Lima e Silva (mestranda do PPGCJ), Thayamara Soares de Medeiros (mestranda do PPGCJ), Ingrid Lima Ferreira (graduanda em Direito) e Isak Barros Maciel do Nascimento (graduando em Direito), com supervisão dos professores Fernando Joaquim Ferreira Maia, Ana Paula Basso e Hirdan Costa. (31/10/2025);
- Apresentação da nova gestão 2025-2027 da coordenação do PPGCJ/UFPB, composta pelo Prof. Dr. Pablo Leurquin (Coordenador) e pela Profa. Dra. Bruna Soares de Araújo (Vice-coordenadora). (04/11/2025);
- Assembleia de Docentes do PPGCJ/UFPB : Pautas da reunião: 1. Recomposição do colegiado do programa; 2. Apresentação da proposta de reforma das linhas de pesquisa do PPGCJ/UFPB. (04/11/2025);
- Seminário Internacional “Direito e Resolução de Conflitos” organizado entre o PPGCJ, o CCJ/UFPB e a Faculdade de Direito da Universidade de Liaoning, China, .(08/11/2025);
- Chamada de submissões para o Dossiê “Energias renováveis e transição energética: impactos, desafios e estratégias” para publicação na Revista Prim@ Facie (21/10/2025);
- Curso de Direito da Concorrência, promovido pelo Grupo de Pesquisa em Direito Econômico e Desenvolvimento (GPDECO) e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ), organizado pelo professor Dr. Pablo Leurquin. (03 a 14/11);
- Palestra: “Desenvolvimento, Inovação e Ordem Internacional: a assessoria jurídica empresarial diante da regulação estatal”, com o Dr. Rommell Sandoval. Organização: PPGCJ/UFPB, CAECO-UFPB e Grupo ConexJuris. (14/11/2025);

- Curso “Pesquisa em Direito: para quê, para quem?”, em cooperação com o PPGD/UFMG. O evento contou com a participação dos professores Fabrício B. Pasquot Polido, Anne Augusta Alencar, Pablo Leurquin, Bruna Soares de Araújo e Gustavo Batista. (17 a 28/11/2025);
- Palestra “Evolução do direito regulatório no Brasil: perspectivas e tendências”, que será ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Felipe Monteiro Seixas (PPGD/UFPE). O evento é organizado pelo PPGCJ/UFPB e pelo Grupo de Pesquisa em Direito Econômico e Desenvolvimento (GPDECO), coordenado pelo Prof. Pablo Leurquin (UFPB). (25/11/2025);
- Participação como palestrante convidada da profa. Dra. Bruna Stéfanni Soares de Araújo no Seminário “Decolonizing Criminology: promoting south-south dialogues” na Vrije Universiteit Brussels (VUB) em Bruxelas, Bélgica (08 a 10/12/2025)
- Visita técnica internacional | PPGCJ/UFPB – UNIFI: a Profa. Bruna Soares de Araújo, vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB, realizou visita técnica à Università degli Studi di Firenze (UNIFI). (12/12/2025);
- Palestra “O conceito de transparência algorítmica como performance regulatória”, ministrante: Lucas Costa dos Anjos (ANPD). (16/12/2025);
- Reunião institucional entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB (PPGCJ/UFPB) e a State University of Land Use Planning (SULUP), de Moscou/Rússia. O encontro teve como objetivo o planejamento das ações do convênio acadêmico firmado entre as duas instituições. (17/12/2025);
- Aprovação da reestruturação das linhas de pesquisa do PPGCJ-UFPB

CRENCIAMENTO E RECRENCIAMENTO DE DOCENTES PERMANENTES E COLABORADORES DO PPGCJ-UFPB

- O programa de pós-graduação em ciências jurídicas realizou em 2025, mediante banca externa, processo de credenciamento e credenciamento de docentes, resultando no quadro geral de vinte e seis (26) professores permanentes e cinco (5) colaboradores. Atualmente, depois de algumas mudanças, contamos com vinte e três (23) docentes permanentes e sete (7) docentes colaboradores.

ATUALIZAÇÃO DOCUMENTAL, AVALIAÇÃO E ADEQUAÇÃO ÀS NORMATIVAS CAPES

- Ampliação da oferta de transporte institucional para o traslado entre o Campus I (João Pessoa) e o CCJ (Santa Rita), atendendo à demanda dos discentes e contribuindo para a redução de evasão e atrasos decorrentes de dificuldades de deslocamento.
- Revitalização da sala de vivência dos estudantes, com adequações no mobiliário, organização do espaço e melhoria das condições de uso.

INFRAESTRUTURA DE PESQUISA E APOIO ACADÊMICO

- Financiamento de participação de docentes em eventos nacionais e internacionais por meio de diárias e compra de passagens. Ex: Conpedi
- Financiamento de publicação de livros acadêmicos;
- Atualização do acervo da biblioteca setorial.

APOIO INSTITUCIONAL AO CORPO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO

- Ajuda de custo para participar de eventos acadêmicos como o Conpedi;
- Submissão no edital de bolsas da Fapesq/PB e aprovação de 4 bolsas, sendo 2 de doutorado e 2 de mestrado;
- Aprovação de 3 cotas para doutorado sanduíche no exterior, sendo que o programa só teria direito apenas a 2 cotas.

MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO ACADÊMICA NA PÓS-GRADUAÇÃO

- Uso do google agenda para organizar os fluxos e os prazos administrativos;
- Criação de comissão de organização do processo seletivo;
- Aprovação de edital com o aumento do percentual de cotas de ações afirmativas (foi de 20% para 33,3%);
- Uso do Instagram para publicizar as ações, eventos e demais informações relevantes sobre o PPGCJ/UFPB.

4. METAS E AÇÕES FUTURAS

A gestão do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) identifica desafios estratégicos e estabelece metas e ações para os próximos anos, visando o fortalecimento das áreas de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Administração e Infraestrutura.

GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PROCESSUAL E PRÁTICA JURÍDICA METAS

- Reestruturar a Prática Jurídica do CCJ, nos moldes que já estava sendo desenvolvida no ano de 2019, em convênio com a Defensoria Pública do Estado da Paraíba atuando dentro do prédio do NPJ – Antiga Faculdade de Direito no Centro, não só no campo da mediação e arbitragem, mas, na esfera cível e penal como um todo;
- Reestruturar, através das demandas já encaminhadas ao NDE/CCJ, as ementas das disciplinas departamentais que há anos não correspondem à realidade acadêmica;
- Reformular e implementar o novo Manual da Prática Jurídica

AÇÕES FUTURAS

- Restauração do Convênio com a Defensoria Pública Estadual, trazendo-a efetivamente de volta com seu Núcleo Cível e de Família ao prédio do NPJ – Prédio da antiga Faculdade de Direito no Centro;
- Alteração e atualização do PPC do curso que se encontra paralisado no NDE há alguns anos.

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

METAS

- Conclusão o processo seletivo para a contratação de professores para o Departamento de Direito Público;
- Conclusão dos trabalhos do PPC;

AÇÕES FUTURAS

- Trabalhar para ampliar o número de bolsas para a monitoria, Extensão e Projetos de pesquisas
- Organizar a distribuição de ofertas de disciplinas para ajustar melhores horários e sequência de aulas
- Decidir em assembleia do departamento procedimentos que possam dinamizar a interação dos alunos e professores junto aos projetos de extensão
- Acelerar a movimentação dos processos e as solucionar demandas com eficiência ainda maior

DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO

AÇÕES FUTURAS

- Conceder Licença a servidores técnicos e docentes para capacitação, assegurando o aprimoramento dos servidores, garantindo, por conseguinte, a eficiência no serviço público.
- Incentivar a participação dos servidores técnicos e docentes em cursos de qualificação em nível de especialização, mestrado e doutorado.
- Promover a formação continuada dos servidores técnicos e docentes em cursos ofertados pela UFPB direcionados ao atendimento das necessidades do departamento.
- Aprovar projetos de monitoria desenvolvidos pelos professores do departamento, com ações voltadas à diminuição da retenção de alunos, a partir de estratégias de implementação de novas metodologias de ensino.
- Autorizar Projetos de pesquisa desenvolvidos pelos professores do departamento, dos quais decorreram produções científicas publicadas em artigos e capítulos de livros.
- Promover a elaboração e execução de projetos e ações de extensão, permitindo a ampliação do campus universitário para além das salas de aulas, possibilitando, portanto, que a articulação prática do conhecimento científico do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, exercendo, assim, sua função social.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

METAS

- Aumento do número de servidores do departamento
- Aumento do número de professores efetivos
- Melhoria das condições de apoio aos alunos, servidores, docentes e terceirizados com deficiência;
- Estruturação adequada das salas de aula com equipamentos (data show, caixas de som e mudança dos quadros negros);
- Ampliação dos espaços de vivência e retomada do projeto do Centro de Vivências de Santa Rita;
- Melhoria do acesso à internet;
- Reforma ampla das salas de aula de Santa Rita, para condições dignas de ensino e aprendizagem;
- Manutenção dos ar-condicionados com maior frequência, evitando prejuízos para a continuidade do ensino de graduação;
- Seguranças mulheres em cada turno;
- Ampliação e institucionalização da gestão do transporte dos ônibus da UFPB (JP-SR);
- Reestruturação do Núcleo de Práticas Jurídicas e ampliação das assessorias prestadas pelo Curso para as comunidades vulneráveis de Santa Rita;
- Integração das ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como das Práticas Jurídicas, com a realidade local/regional.
- Prevenção e enfrentamento do assédio e discriminação, visando prevenir e combater práticas de assédio moral, sexual e quaisquer formas de discriminação.
- Consolidação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD);
- Desenvolvimento de diálogos e criação de eventos voltados ao debate sobre o sofrimento psíquico e precarização das relações afetivas no âmbito do curso de Direito de Santa Rita, voltados a promoção de um ambiente acadêmico mais acolhedor, inclusivo e respeitoso à diversidade.
- Superar a condição de abandono de animais nas dependências do Departamento e do campus de Santa Rita, mediante construção de solução institucional, humanitária e ambientalmente responsável.
- Reduzir e superar os índices de evasão estudantil associados a vulnerabilidades socioeconômicas, emocionais e institucionais, mediante políticas de permanência e acompanhamento acadêmico.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

- Persistência de limitações estruturais e operacionais no sistema de transporte universitário no trajeto até Santa Rita, impactando a regularidade das atividades acadêmicas e administrativas;
- Existência de insuficiências nas condições materiais e institucionais de apoio aos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas, especialmente no que se refere à acessibilidade, recursos pedagógicos e suporte especializado;
- Fragilidades nas condições de segurança no campus de Santa Rita, com repercussões sobre o ambiente acadêmico e a sensação de proteção da comunidade universitária;
- Continuidade da situação de abandono de animais nas dependências do Departamento e do campus de Santa Rita, revelando ausência de solução institucional estruturada para a situação;
- Presença de manifestações de racismo estrutural e institucional no ambiente acadêmico, exigindo enfrentamento contínuo e vigilância institucional.
- Persistência de práticas e situações de discriminação (gênero, orientação sexual, origem social, deficiência, religião e outras), que impedem a construção de um ambiente universitário inclusivo;
- Falta de condições orçamentárias e funcionais para a prevenção e superação das situações de assédio moral e sexual nas relações acadêmicas e de trabalho, demandando atenção e resposta institucional permanente;
- Falta de acompanhamento e acolhimento para os alunos, docentes, servidores e terceirizados em condição de sofrimento psíquico na comunidade acadêmica, especialmente em contextos de pressão nas relações de trabalho e acadêmicas, vulnerabilidades sociais e precarização das condições de estudo.

AÇÕES FUTURAS

- Realização de intercâmbios de saberes científicos e da tradição, bem como de produções artísticas e culturais com outras IES e/ou segmentos artísticos/culturais, propiciando a consolidação do papel da UFPB como agente científico e cultural;
- Realização de cursos de Doutorado e Pós-doutorado dentro e fora do país;
- Realização de cursos de formação necessários para a melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Troca de conhecimentos com entidades e pesquisadores estrangeiros, através de afastamentos e participação em ações e cursos de capacitação. Participação em eventos científicos fora do país (realização de estudo no exterior), para fins de aprimorar conhecimentos e adquirir competências que favoreçam a melhoria das atividades desenvolvidas.
- Promover a atualização dos servidores e docentes para elaboração de manuscritos científicos, livros científicos, participação em cursos de idioma estrangeiro, bem como demais cursos que possam atender ao objetivo de capacitação prevista no art. 87 da Lei nº 8112/1990, bem da participação em programa de treinamento regularmente instituído (art. 96-A da Lei nº 8.112).

COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO – SANTA RITA

METAS

- Aprovar e implementar o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), alinhado às diretrizes curriculares nacionais e às demandas contemporâneas da formação jurídica.
- Adquirir e instalar equipamentos tecnológicos de apoio pedagógico, incluindo projetores multimídia (datashow), quadros de vidro, televisores ou telões, bem como sistema de som para a sala multimídia, visando à qualificação das práticas didáticas.
- Ampliar a integração entre recursos tecnológicos e metodologias ativas de ensino, fortalecendo o uso de ambientes virtuais e recursos audiovisuais.
- Consolidar as ações de sustentabilidade administrativa, com ampliação dos processos digitais e redução contínua do uso de papel.

AÇÕES FUTURAS

- Restauração da Sala do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), com adequação estrutural, elétrica, mobiliária e tecnológica, visando à retomada plena das atividades de prática jurídica e ao fortalecimento da formação profissional dos discentes.
- Articulações institucionais junto aos setores responsáveis pela infraestrutura e orçamento, visando à viabilização financeira e técnica das intervenções necessárias.
- Como principais desafios, identificam-se a limitação de recursos orçamentários, a dependência de trâmites administrativos externos à Coordenação e a necessidade de compatibilização das obras com o calendário acadêmico, de modo a minimizar impactos sobre as atividades letivas.

PÓS-GRADUAÇÃO

METAS

- Definir política de credenciamento/recredenciamento com base na ficha de avaliação da área;
- Adequar o regimento às novas regras da PRPG;
- Atualizar e aprimorar o site do PPGCJ;
- Aprimorar a política de autoavaliação e de planejamento estratégico;
- Criar política de diversidade no PPGCJ através de Comissão de Ações Afirmativas e ações específicas que fortaleçam a igualdade de gênero e o combate ao racismo;
- Atualizar o processo seletivo do programa, com base nas melhores experiências nacionais;
- Aprofundar e diversificar a internacionalização do PPGCJ.

AÇÕES FUTURAS

- Elaborar e deliberar sobre resolução sobre credenciamento/recredenciamento, que será aplicada no final do quadriênio;
- Elaborar e deliberar sobre o novo regimento do PPGCJ;
- Compor comissão para atualizar o site do programa;
- Elaborar e deliberar sobre a autoavaliação e o planejamento estratégico do programa;
- Elaborar e deliberar sobre resolução sobre política de diversidade no PPGCJ;
- Avaliar, com a comissão de organização de processo seletivo, mudanças a serem implementadas no edital de 2027;
- Elaborar e deliberar sobre o plano de internacionalização do PPGCJ do atual quadriênio.

ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA

METAS

- Executar 100% do orçamento do Centro destinado à unidade SEDE;
- Priorizar a aquisição de mobiliário para salas de aula (carteiras para canhoto), ambientes de convivência (mesas e cadeiras) e ambientes administrativos (mesas, cadeiras e armários);
- Diligenciar junto à SINFRA a execução das requisições e processos de manutenção da infraestrutura da unidade SEDE.

ADMINISTRAÇÃO - SANTA RITA

METAS

- Assegurar a execução responsável e planejada do orçamento anual, priorizando a utilização tempestiva dos recursos, a redução de remanejamentos emergenciais e o fortalecimento do planejamento prévio das contratações;
- Transição de um modelo predominantemente corretivo para uma atuação mais preventiva e planejada. Pretende-se reduzir a ocorrência de demandas emergenciais por meio do fortalecimento da manutenção preventiva;
- Padronizar e documentar os principais fluxos administrativos, assegurando maior clareza, continuidade e eficiência na execução das rotinas institucionais
- Aprimorar os mecanismos de acompanhamento das ações administrativas e financeiras, por meio da definição de indicadores simples e objetivos que permitam avaliar resultados, identificar fragilidades e promover ajustes oportunos

AÇÕES FUTURAS E DESAFIOS

- Aprimoramento do planejamento das despesas, com ênfase na elaboração e execução do Plano de Contratações Anual (PCA)
- Análise periódica da execução financeira, permitindo ajustes tempestivos e maior previsibilidade na gestão dos gastos.
- Intensificar as ações de manutenção preventiva. As solicitações de serviços de manutenção e obras passarão a ser organizadas com base em critérios de prioridade e impacto.

- Revisão e consolidação dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e da formalização de rotinas administrativas essenciais
- Adoção de instrumentos simples de acompanhamento das ações administrativas e financeiras, tais como planilhas de controle e relatórios periódicos, com o intuito de mensurar resultados, identificar gargalos operacionais e subsidiar a tomada de decisões
- Desafios relacionados: a limitação orçamentária, a dependência de unidades administrativas centrais para a execução de serviços estruturais e a necessidade de conciliar as demandas operacionais cotidianas com o planejamento de médio e longo prazo. Soma-se a isso a complexidade da infraestrutura física das unidades, marcada por edificações antigas que demandam intervenções frequentes, bem como a restrição de recursos humanos especializados para atender ao volume de demandas existentes.

TEC. DA INFORMAÇÃO

METAS

- Fortalecimento do Suporte Técnico e Atendimento aos Usuários
- Manter continuamente o atendimento em 100% dos chamados registrados no sistema OTRS dentro dos prazos estabelecidos, priorizando demandas críticas e de impacto acadêmico.
- Implantar servidores dedicados para o Laboratório de Ciências Jurídicas, garantindo capacidade adequada e disponibilidade para atendimento à comunidade acadêmica e ao público externo.
- Renovar o Laboratório de Informática, substituindo equipamentos obsoletos por novos computadores com configurações compatíveis às demandas acadêmicas.
- Aprimorar continuamente a infraestrutura de rede e conectividade sem fio, assegurando cobertura adequada e estabilidade para usuários em todas as unidades do CCJ.

AÇÕES FUTURAS E DESAFIOS

- Solicitar a ampliação do quadro de técnicos de informática, visando a redução do tempo de resposta e a melhoria da qualidade do suporte técnico;
- Reorganizar a distribuição das demandas entre as unidades, priorizando chamados críticos;
- Implementar estratégias de atendimento preventivo e manutenção programada, reduzindo a recorrência de incidentes.

PESQUISA

METAS

- Seguir assessorando as e os docentes do CCJ no desenvolvimento de projetos de iniciação científica;
- Seguir incentivando as e os discentes a buscar e engajar-se nos projetos de pesquisa desenvolvidos no CCJ e em outros Centros da UFPB, com vistas ao intercâmbio de saberes e do interesse geral pela pesquisa acadêmica;
- Seguir incentivando as e os colegas docentes a ingressarem no universo da Iniciação Científica institucional da UFPB;
- Manter e fomentar a comunicação e divulgação dos projetos de pesquisa do CCJ, notadamente através o Instagram da Assessoria de Pesquisa (@assessoria_pesquisa_ccj).

AÇÕES FUTURAS

- Acompanhar o desenvolvimento dos projetos até a apresentação dos relatórios finais;
- Acompanhar as apresentações dos trabalhos inscritos no Encontro Unificado da UFPB;
- Representar e levar as demandas do CCJ para a comissão organizadora do Encontro de Iniciação Científica da UFPB;
- Incidir positivamente na elaboração dos novos editais de iniciação científica da UFPB, aprimorando o processo seletivo;
- Aprimorar o sistema de cotas dos Editais IC e para a adoção de medidas para a equidade e dignidade das pessoas pesquisadoras, no tripé raça-classe-gênero, de acordo com os atuais guidelines mundiais sobre a matéria;
- Acompanhar, como representante do CCJ, a implementação da Política de Maternidade e Parentalidade da UFPB, de iniciativa da Reitoria e atualmente em tramitação, para assegurar que a iniciação científica esteja adequada à nova normativa geral.
- Atualizar as informações sobre pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente do CCJ, de forma a criar um banco de dados completo e pesquisável pelas e pelos estudantes interessados. Esta ação já foi iniciada, em parceria com a Assessoria da Pós-Graduação, com o envio de ofícios a todas as Chefias departamentais com o intuito de coletar dados de projetos de pesquisa aprovados em sede departamental, mas ainda se encontra em fase de coleta desses dados.

EXTENSÃO

METAS

- Adotar indicadores para fins de acompanhamento e avaliação das políticas de infraestrutura e suporte à extensão, tais como: i) número de bolsas de extensão ofertadas por cada edital da UFPB; ii) percentual de estudantes extensionistas beneficiados por ações afirmativas; iii) carga horária de extensão reconhecida como prática jurídica; iv) taxa de permanência discente entre estudantes participantes de projetos de extensão; v) quantidade de projetos extensionistas com produção acadêmica reconhecida institucionalmente.
- Consolidar a extensão universitária como eixo estruturante da formação jurídica, assegurando sua integração efetiva com o ensino e a pesquisa e ampliando seu reconhecimento institucional no âmbito do CCJ.
- Ampliar o número de projetos e de bolsas de extensão, com atenção às ações afirmativas, garantindo condições materiais e financeiras adequadas à execução qualificada das atividades extensionistas e à permanência estudantil.
- Aprimorar a infraestrutura física, tecnológica e administrativa de apoio às ações extensionistas, bem como os fluxos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos, com atuação articulada entre a Assessoria de Extensão, os Departamentos e a PROEX.
- Promover o reconhecimento da produção intelectual oriunda da extensão nos processos institucionais de avaliação, fomento e divulgação científica, de modo a visibilizar seus impactos sociais, jurídicos e acadêmicos.
- Aprimorar o levantamento, a sistematização e a análise de dados sobre as ações de extensão do CCJ, subsidiando o planejamento estratégico, a definição de prioridades e a avaliação contínua das políticas extensionistas.
- Institucionalizar eventos, mostras e fóruns de debate sobre a extensão no CCJ, fortalecendo o intercâmbio entre projetos, a participação da comunidade acadêmica, das instituições parceiras e da sociedade, e a transparência das ações desenvolvidas.

EXTENSÃO

AÇÕES FUTURAS

- Aperfeiçoar a atuação da Assessoria de Extensão do CCJ como instância de planejamento, articulação e acompanhamento das ações extensionistas, com padronização de fluxos administrativos, sistematização contínua de dados e qualificação dos processos de monitoramento e avaliação dos projetos.
- Fortalecer os espaços coletivos de diálogo e formação em extensão no âmbito do CCJ, por meio da realização periódica de reuniões ampliadas, oficinas e encontros temáticos entre coordenações de projetos, docentes, discentes e a Assessoria de Extensão, com o objetivo de promover a troca de experiências, a construção de estratégias comuns, a difusão de boas práticas extensionistas e o alinhamento das ações aos marcos institucionais da UFPB e às demandas sociais do território.
- Instituir um fluxo permanente de articulação entre a Assessoria de Extensão e a Direção do CCJ, com a realização de reuniões periódicas de planejamento e avaliação das ações extensionistas, visando ao alinhamento estratégico das prioridades da extensão no Centro, à tomada de decisões compartilhadas, à integração da extensão ao planejamento institucional do CCJ e ao fortalecimento do apoio político-administrativo às iniciativas desenvolvidas.
- Atuar, em articulação com a PROEX, na ampliação do número de bolsas de extensão e na diversificação das fontes de fomento, com especial atenção à inclusão de estudantes beneficiários de ações afirmativas e à promoção da permanência estudantil.
- Promover o debate institucional, junto às coordenações de curso e aos departamentos, para o reconhecimento formal das atividades extensionistas como modalidade de Prática Jurídica, visando à compatibilização de horários e à redução dos conflitos com os estágios obrigatórios.
- Estimular a participação de estudantes dos cursos de Direito de João Pessoa e Santa Rita em projetos de extensão, por meio de ações de divulgação, formação e valorização curricular, reforçando o caráter formativo, crítico e socialmente referenciado da extensão.
- Fortalecer parcerias com órgãos do sistema de justiça, outras instituições públicas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, ampliando a capilaridade e a relevância social dos projetos extensionistas.